

## 40 anos do 11 de setembro: o golpe militar no Chile

Ricardo A. S. Mendes

### **Ricardo A. S. Mendes**

é professor adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rasmric@oi.com.br

### **Resumo**

Pretendo recuperar nesse artigo algo do embate político que antecedeu o golpe civil-militar no Chile a partir de um dos discursos de Salvador Allende, proferido em maio de 1973. Entendo que a análise sobre os acontecimentos relativos ao 11 de Setembro chileno apresenta-se pertinente em um momento caracterizado pela continuidade de uma intensa disputa, agora no plano das memórias.

### **Palavras-chave**

memória, governo Allende, golpe civil-militar no Chile.

### **Abstract**

I intend to recover in this article something of the political clash that preceded the civil-military coup in Chile from one of Salvador Allende's speeches delivered in May 1973. I believe that the analysis of "Chilean September 11th" events, presents itself pertinent in a period characterized by the continuity of an intense dispute, now in terms of memories.

### **Keywords**

memory, government Allende, civil-military coup in Chile.

### **Introdução**

Há algum tempo observa-se o resgate da importância do acontecimento, ou do fato, para a ciência histórica. Ora dentro de uma perspectiva de relação circular entre fato e estrutura, segundo Jorge Lozano (1987), ou ainda como método de aproximação com fenômenos mais profundos, segundo Carlo Guinsburg (1983), o fato histórico ganha relevância. Não como um simples instrumento de narrativa com o qual se procura explicar a realidade através de uma sequência de causa e efeito, mas sim como um mecanismo que viabiliza entrelaçar os diferentes aspectos analíticos de uma determinada realidade. A narrativa, extremamente importante dessa forma, tem por função vincular os acontecimentos com o intuito de conferir racionalidade ao discurso histórico. Apresenta-se como um instrumento e não como um fim em si mesmo. Os fatos e acontecimentos passados colaboram, também, para a construção de determinadas memórias, relacionadas diretamente com a elaboração de projetos de sociedade. As análises relativas a esses aspectos nem sempre vêm dos historiadores, o que assinala a importância do diálogo com outras ciências tais como a antropologia, a ciência política, a filosofia, a literatura e outras mais.

### **O Fato Histórico e a Memória**

A título de exemplo do que assinala acima, cito Gilberto Velho. O autor aponta a importância da valorização e da elaboração de uma memória para a construção de representações no presente e de projetos de sociedade (Velho, 1994). A memória fornece consistência à biografia – seja do indivíduo ou de um grupo –, organiza uma trajetória e confere as condições para que um projeto seja formulado através de sua legitimação pelo passado. A consistência do projeto dependeria, dessa forma, das referências que estão fundadas nesse passado que “produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (Ibidem: 101). Operaria, nesse sentido, como agente ativo a influenciar diretamente na estruturação dos sistemas de representação, sendo um elemento fundamental no processo de significação do mundo que é utilizado para a leitura do presente. Falar ou não de um determinado acontecimento

contribuiria para a adesão a determinados símbolos que estão vinculados aos fatos em questão, colaborando para que um indivíduo assuma um comportamento específico.

174

Michel Foucault (1970), por exemplo, afirma que existe uma luta pelo domínio do discurso motivada pelo medo de sua livre proliferação e que poderia ser situada aqui como uma disputa pelo predomínio de uma narrativa e de uma dada perspectiva sobre o passado. O autor indica que o domínio sobre esses aspectos está intimamente associado ao controle do poder. A hipótese geral é a de que em toda sociedade existem mecanismos que pretendem controlar, selecionar e redistribuir a sua produção, com o objetivo de unir os poderes e perigos, dominar os acontecimentos aleatórios e eliminar a sua materialidade. Para Foucault, o discurso não é somente o meio pelo qual se manifesta o desejo pelo poder, mas é o próprio objeto desse desejo. Não é apenas o meio pelo qual se traduzem os conflitos ou os sistemas de dominação, mas também o meio pelo qual se luta.

Por sua vez, Baczko (1985) considera que nos momentos de polarização social e política, de “conflitos sociais graves”, a disputa por símbolos apresenta-se acentuada. Isso porque as atitudes nesses momentos extremos são guiadas por representações dos agentes sociais envolvidos no embate. No entanto, ainda que não seja em uma disputa mais acirrada, a busca pelo controle do simbólico se desenvolve e é um elemento essencial do confronto político (Bourdieu, 1989). O passado que se faz presente através da rememoração de determinadas datas é um dos instrumentos utilizados para a representação do mundo social ou natural e, portanto, da modelagem de comportamentos.

Os “perigos” na rememoração de algumas datas são significativos. Através do resgate de determinados acontecimentos, as questões, os embates e projetos de sociedade distintos a eles relacionados, podem retornar à superfície e, em função da sua contemporaneidade, “despertar a sociedade” para problemas que muitas vezes se quer esquecer ou relegar ao submundo. É dentro dessa perspectiva que pretendo abordar o Golpe Civil-Militar no Chile, acontecimento que completou 40 anos de sua ocorrência.

Em 11 de setembro de 1973, desenrolou-se a deposição do governo democraticamente eleito de Salvador Allende, acabando com a primeira experiência socialista democrática no mundo. O breve governo “socialista” da Unidade Popular foi encerrado de forma extremamente violenta, com a morte do presidente dentro do Palácio La Moneda diante de um bombardeio encaminhado pelas forças lideradas pelo General Augusto Pinochet. Começarei por fazer uma breve retrospectiva que se inicia a partir do jogo político chileno na década de 1960, passando pelos aspectos que caracterizaram o governo de Allende para, então, abordar alguns fatores que determinaram a efetivação do golpe e o estabelecimento da ditadura.

### **O Cenário Chileno nas Décadas de 1950 a 1970**

Economicamente, ao longo do século XX, o motor do país foi a indústria de exploração do salitre e do cobre. Desenvolvida a partir da conquista da atual região norte do país ao longo da Guerra do Pacífico (1879-1883), o controle dessas atividades econômicas logo recaiu sobre o capital estrangeiro (Rouquié, 1984: 264), inicialmente inglês e, posteriormente, norte-americano. Estruturou-se, então, o que alguns autores denominam de “economia de enclave”, com o estabelecimento de um bolsão de prosperidade econômica controlado diretamente pelo capital internacional ou por seus prepostos (Cardoso e Falleto, 1970). Ao mesmo tempo, observou-se a presença de uma intensa atividade econômica de caráter agrícola – cereais, gado e vinhos –, mas que se colocou em segundo plano e que não gerou a mesma prosperidade encontrada na exploração mineira.

Após a década de 1930, desenvolveu-se uma atividade industrial em grande parte estimulada pela substituição de importações como alternativa ao desenrolar da grande depressão e seus desdobramentos sobre os diversos países da América Latina, dentre esses o Chile. Resultante de um Estado interventor, mesmo assim, a economia não se alterou completamente em relação às suas características anteriores: enclaves ao norte e produção agrícola ao sul.

175

O Chile apresentava-se como um país marcado pela estabilidade política obtida ainda na primeira metade do século XX. Para Rouquié (1984), isso foi fruto de um poder político estabelecido através de alianças desenvolvidas entre os grandes proprietários de terras e a burguesia financeira (Liberais e Conservadores). Com a colaboração dos grupos articulados em torno da economia de enclave, gradativamente foram incorporadas as camadas médias a partir de 1930. Aggio por sua vez considera que essa estabilidade democrática resultou de outros fatores, de um rodízio entre os diferentes grupamentos políticos que incluíam, durante boa parte do período, até mesmo o partido comunista (Aggio, 1993: 17-8).

De outro lado, dentre as Forças Armadas, desenvolveu-se um isolamento acentuado que foi estimulado por uma perspectiva aristocrática de superioridade desse segmento em relação ao resto da sociedade, em grande medida estabelecida ao longo da presença das missões militares germânicas de fins do século XIX e princípios do XX (Herrera, 1986). Mesmo com esta característica, o ideal legalista predominou no meio militar até meados da década de 1960.

Já o operariado, embora crescendo em número e importância, localizava-se principalmente nas zonas de enclave, isoladas, em grande parte, do restante do país. As mobilizações ocorridas nessas regiões encontraram uma violenta repressão quando radicalizadas, mas não chegaram a afetar as concentrações urbanas ou os centros de poder. O antagonismo aí desenvolvido foi basicamente entre o capital internacional e o operariado, onde o Estado ainda conseguia apresentar-se, durante um bom tempo, com uma imagem de neutralidade. Por último, a população rural mantinha-se sob o controle político dos proprietários de terras que, ainda na década de 1960, fundamentavam suas relações com a classe trabalhadora em formas pré-capitalistas, tais como o inquilinato.

Rouquié afirma que a imagem de neutralidade do Estado foi construída através da dissociação entre poder econômico e poder político. A intervenção eventual do Estado na defesa dos trabalhadores e o papel contemporizador de uma classe média vinculada à burocracia estatal contribuíram também para essa situação e fizeram com que as rivalidades permanecessem no âmbito da negociação política (Ibidem: 270).

No plano político-partidário observa-se ao longo dos anos 1930 a formação de uma estrutura calcada em três pilares, composta à direita pelos partidos Conservador e Liberal; ao centro pelos partidos Radical e Falange Nacional (esse último originou posteriormente a Democracia Cristã); e, à esquerda, pelos partidos Comunista e Socialista. Yocelvezky assinala que entre os anos 1938 e 1952 o frentismo adotado no Chile adequava-se ideologicamente “con las tendencias dominantes en el mundo durante la Segunda Guerra Mundial (...) expresaba politicamente a la alianza social que respaldo, en toda América Latina, a los planes desarrollistas” (Yocelvezky, 2002: 44). No Chile, a aliança frentista resultou na liderança do Partido Radical em articulação com os Partidos Socialista e Comunista. O Partido Radical, representante das camadas médias, acabou por liderar um bloco que também beneficiou os setores mais organizados dos trabalhadores

urbanos. Efetivamente, o sistema se alterou muito pouco para as eleições de 1958 – com o destaque da Democracia Cristã como partido de centro -, e pode-se afirmar que a duração dessa estrutura político-partidária se estendeu até as eleições de 1962.

176

A partir de fins da década de 1950, fatores culturais vinculados com a luta pela democracia que marcou a primeira metade da década de 1940, o processo de industrialização e urbanização crescentes (Bitar, 1980: 41), bem como a ocorrência da Revolução Cubana<sup>1</sup> ampliaram as pressões por participação política efetiva de trabalhadores urbanos e rurais. Esses segmentos foram liderados, em grande medida, por setores das esquerdas (Yochevzky, 2002: 80). Parcelas da classe média e da pequena burguesia aderiram a essa luta que englobou também uma série de reivindicações de caráter trabalhista. No plano político-partidário, o momento corresponde ao desenvolvimento de um processo de unificação dos partidos de esquerda que se articulou de forma crescente a partir das eleições presidenciais de 1958 e que foi modificando gradualmente a própria composição do sistema político-partidário (Lundahl, 1989: 18).

Foi diante deste quadro que se observou a vitória eleitoral de Eduardo Frei, candidato da Democracia Cristã. O partido tinha formação recente, datada de 1957, e fundava sua proposta de superação dos antagonismos sociais através da criação de grupos de solidariedade visando uma mudança social controlada pelas elites (Ibidem.: 27-8). Frei aliou a proposta de “Revolução em Liberdade” – de caráter reformista e que pretendia seguir os preceitos da Encíclica *Mater et Magistra* -, ao discurso anticomunista ferrenho. Dessa forma, angariou apoio popular para sua candidatura ao mesmo tempo em que obteve o apoio dos partidos de direita (Liberal e Conservador), receosos da vitória de Salvador Allende, candidato pela terceira vez por uma frente popular. As eleições para substituir um deputado falecido que acabaram por dar a vitória a um político da FRAP<sup>2</sup> contra todas as previsões desencadearam entre as direitas “confusión y temor”. Deram a ideia de que as eleições de 1964 poderiam “dar la presidencia al candidato del FRAP, al socialista Salvador Allende Gossens” (Aldunate, 1999: 38).

Ao longo de seu governo, Frei encaminhou um projeto de integração política dos setores subalternos. Caracterizado pelo estímulo à sindicalização agrária, à formação de “centros familiares” e à organização de “conselhos de bairros”, o projeto buscava acabar com o inquilinato no campo. Simultaneamente, visando evitar o “radicalismo” de esquerda, o Presidente tentou uma reforma econômica estimulado pela postura norte-americana de transformar as sociedades com profundas diferenças sociais no continente. O projeto norte-americano foi corporificado no programa Aliança Para o Progresso<sup>3</sup>. Observou-se então o início efetivo da Reforma Agrária, embora tímido. O governo Frei também foi marcado pelo encaminhamento do processo de chilenização de algumas áreas da economia, tal como a comercialização do cobre e a criação de empresas mistas na exploração desse produto, assim mesmo, de forma apenas parcial.

Pode-se conjecturar que essas reformas estimularam o desenvolvimento de forças sociais que foram despertadas, inclusive, pelo reformismo da Democracia Cristã, e que agora queriam mais. Achavam, então, que sua capacidade de concretizar as reivindicações que apresentavam era significativa. Passaram a ver no governo do próprio Frei um entrave ao aprofundamento das transformações. No meio rural essa mobilização associou-se diretamente à ocorrência da reforma agrária iniciada no governo Frei e que eliminou algumas amarras que dificultavam a organização de trabalhadores rurais e camponeses.

Ainda que com objetivos de controle, o estímulo dado à organização do movimento sindical e popular potencializou a sua organização em um cenário desfavorável que caracterizou a etapa final do governo Eduardo Frei. Segundo Lundhall, em “muchas poblaciones las organizaciones demócratacristianas fueron sobrepasadas por la izquierda y las milicias populares, creadas para ayudar a administrar a éstos” (Lundhall, 1989: 34). A diminuição significativa da velocidade do crescimento econômico, inflação, diminuição do preço do cobre no mercado internacional e fracasso das reformas sociais devido a uma vigorosa oposição conservadora no Congresso colaboraram para isso. Como consequência, Frei recorreu às Forças Armadas como instrumento de repressão em conflitos que não encontravam “canais institucionais de acordo” (Zárate, 2003: 36-38).

O governo de Frei, ao desenvolver-se em sua fase inicial para a centro-esquerda, despertou ainda a reação de partidos que representavam grupos sociais diretamente afetados em seus interesses, tais como o Liberal, o Conservador e a Ação Nacional. Dessa maneira, as eleições de 1969 caracterizaram-se pela divisão das forças de centro-direita. Jorge Alessandri Dominguez representava o recém-formado Partido Nacional<sup>4</sup> e Rodomiro Tomic Romero foi candidato pela Democracia Cristã. Ambos achavam que apresentavam condições para vencer Salvador Allende. Esse, candidato à Presidência da República pela quarta vez, representava uma ampla coligação de forças de esquerda. A Unidade Popular reunia dissidentes da Democracia Cristã (MAPU<sup>5</sup>), do Partido Radical, do Partido Comunista, do Partido Socialista (do qual o próprio Allende fazia parte), e era ainda apoiada pela esquerda revolucionária (MIR), mesmo sem essa fazer parte efetiva do governo<sup>6</sup>.

A vitória de Allende deu-se dentro de uma margem muito pequena (36% contra 35% de Alessandri). Com um Congresso dominado pela Democracia Cristã, somente foi confirmada em função de uma tradição de respaldar a posse do candidato vitorioso, existente desde a década de 1930<sup>7</sup>. Segundo Lundhall, o resultado foi algo inédito na história chilena. Foi a primeira vez que um candidato ganhava as eleições com uma proposta declaradamente socialista e não por um programa de classe média apoiado pelos trabalhadores, como nas eleições de 1938 (Lundhall, 1989: 38).

De outro lado, grupos conservadores capitaneados pelo Partido Nacional tentaram resistir à posse de Allende. Alguns chegaram a vincular-se às facções golpistas das Forças Armadas, ainda não predominantes. Essas tentaram sequestrar o general Schneider, expoente da legalidade nas Forças Armadas. Na terceira tentativa – todas sob financiamento norte-americano e orientação da CIA<sup>8</sup> – o general foi morto ao resistir. O fato contribuiu para uma unidade momentânea das Forças Armadas em torno da legalidade constitucional (Chomsky, 1998: 221).

### **O Governo Allende**

Quais as mudanças encaminhadas pelo governo Allende? Dito de outro modo: por que motivos se articulou uma aliança construída ao longo dos três anos de governo da Unidade Popular que levou determinados grupos políticos a efetivar ou apoiar o golpe? Respondendo a esses aspectos, acho interessante reportar-me ao discurso de Allende perante o Congresso Nacional ocorrido em maio de 1973, portanto, a apenas quatro meses do fatídico “11 de Setembro”<sup>9</sup>. Em maio, assim como ao longo de boa parte do governo da Unidade Popular, desenrolou-se uma intensa campanha discursiva por parte do governo. Afinal, em um momento de confronto social e político grave, acentuam-se as tentativas de configurar tanto a autoimagem quanto as imagens dos inimigos.

Por questões metodológicas, dividi o discurso do então Presidente em três pontos fundamentais: conquistas até então encaminhadas; apresentação das medidas que visavam ampliar e aprofundar as transformações em desenvolvimento; e, por último, identificação dos grupos que configuravam, segundo o Presidente, a resistência ao conjunto de medidas governamentais encaminhadas e a serem viabilizadas.

#### **Conquistas:**

Segundo Allende, ao longo de menos de três anos de governo foi aprofundada a reforma agrária no país, restrita, ao longo do governo de Eduardo Frei, aos latifúndios improdutivos. No contexto de seu governo, todas as propriedades com mais de 80 hectares haviam passado para as mãos do campesinato. Às vésperas do golpe, aproximadamente 35% das terras já tinham saído das mãos dos latifundiários. Foram formados Conselhos e Cooperativas de camponeses para articularem o controle e a produção dessas terras. Isso num país onde, até 1965, quase não existia sindicalização rural, em grande medida estimulada pelo governo Frei, como assinalado acima.

O controle de cerca de 30% da indústria manufatureira fora transferido para os trabalhadores no sistema de autogestão do operariado e com amplos mecanismos de participação dos mesmos. Aproximadamente 90% do crédito estava sob controle público através do Banco Central e dos bancos que haviam sido nacionalizados pela gestão Allende. De outro lado, a exploração, o processamento e o comércio dos recursos naturais também haviam sido transferidos para o Estado.

#### **Aprofundamento das transformações:**

O governo Allende propunha-se a consolidar uma série de conquistas obtidas até então. Segundo afirmativa contida em seu discurso, não bastava nacionalizar os bens de produção, mas sim socializá-los. De outro lado, seu discurso de maio de 1973 propõe a elaboração de uma nova lei de reforma agrária que visasse expropriar áreas menores que 40 hectares, bem como garantisse as condições mínimas para a organização do setor. Asseverava ainda que uma lista de empresas vinculadas aos setores financeiros, de seguros, de distribuição e de comércio exterior passasse diretamente para a Área de Propriedade Social<sup>10</sup>. Afirmava o Presidente que

La meta definitiva es la socialización efetiva de los medios de producción fundamentales y su uso con arreglo de los intereses objetivos de los trabajadores y la inmensa mayoría del pueblo. Hay una diferencia sustancial entre nacionalizar los medios de producción y su efectiva socialización. Es la que existe entre el control de la propiedad y la capacidad de los trabajadores y de la sociedad de utilizarlos en correspondencia a los intereses de la mayoría. (Allende Gossens, 1973).

Pretendia ainda estabelecer uma transformação na economia, com um planejamento que fosse centralizado em sua formação e descentralizado em sua execução, “obrigatorio para los sectores social y mixto, y orientador para el privado” (Idem). Essas medidas deveriam ser complementadas com a apresentação, ao Congresso, de um anteprojeto de Carta Fundamental que democratizasse a administração da Justiça e ampliasse os direitos e garantias constitucionais. Visava ainda criar os “Comandos Comunales”, espécie de conselho eleito pelas organizações comunitárias que seriam responsáveis pelo controle popular sobre as instituições administrativas. Outro encaminhamento se direcionava para um processo de democratização do sistema de seguridade social. Neste sentido, afirmava

He aquí, suscintamente expuestos, algunos de los cambios más urgentes del sistema institucional, como ya dijimos ellos deben encontrar su culminación en una nueva Constitución, sin que el orden jurídico experimente solución de continuidad. Las bases de la nueva institucionalidad emanarán de la experiencia colectiva y tendrán que ser discutidas directamente por todo el pueblo. La eficacia del aparato estatal, la democratización del poder político y económico, el desarrollo acelerado de nuestro país, dependen en buena medida de su oportuno establecimiento. Así es como el Gobierno define su posición frente a quienes buscan la quiebra del sistema democrático mediante el bloqueo del Ejecutivo o el aniquilamiento del aparato del Estado (Idem).

179

Allende assinalava ser de fundamental importância a defesa de uma reorganização das relações econômicas entre as nações industrializadas e aquelas que estavam em vias de industrialização. Dentro dessa perspectiva, denunciava os prejuízos provocados pelo “poder de los grandes consorcios multinacionales en los lugares donde operan, menospreciando la soberania política de los gobiernos y la dignidad de los pueblos” (Idem). A crítica ao capital transnacional e multinacional, se no princípio do discurso parece genérica especificou-se mais adiante: “las nefastas actuaciones de la ITT” e “los ataques de outra empresa multinacional, la Kennecott Copper Corporation” (Idem). Da mesma forma, o governo socialista do Chile apresentava a necessidade de reformulação das relações interamericanas, fundamentadas na OEA, alterando uma estrutura que “influyó en la mantención de las relaciones de dependencia entre Estados Unidos y los pueblos latinoamericanos”. A resposta a tudo isso não tardou. Na verdade, já vinha sendo encaminhada desde o início do governo da UP, aspecto que discutirei adiante.

#### ***Identificação dos grupos de oposição às reformas:***

No seu discurso, o Presidente já assinalava de onde se apresentaria parte da resistência ao seu governo. Inicialmente, cita a resistência norte-americana, que agia com o bloqueio financeiro imposto ao governo do Chile por instituições econômicas submetidas ao seu controle. Os interesses econômicos do capital norte-americano foram afetados pela nacionalização do sistema financeiro encaminhado pelo governo. Para Allende, essa oposição seria fruto de uma reação meramente econômica e não por conta do projeto socialista, dada a situação internacional da distensão.

A busca por impedir as transformações não se limitava ao âmbito externo. Provinha, com grande intensidade, também da sociedade chilena. Segundo o Presidente, o processo de nacionalização de bancos e de controle sobre os mesmos pelo Estado afetava diretamente os interesses de uma burguesia altamente mancomunada com o capital estrangeiro. Da mesma forma, o aumento do controle do Estado sobre a produção manufatureira contribuiu para despertar a ira da burguesia nacional, não necessariamente vinculada ao capital externo.

Os grandes proprietários de terras, afetados desde o governo Frei devido ao encaminhamento da reforma agrária viam, ainda mais consternados, a aceleração desse processo ao longo da Presidência de Allende. Nesse sentido, o período compreendido entre 1970 e 1973 contribuiu para a união das forças de centro-direita em torno cada vez mais da extremidade do espectro político. Como mantiveram o controle do legislativo ao longo de boa parte do período – dada a maioria de deputados e senadores do Partido Nacional e da facção da Democracia Cristã que se opunha às medidas do governo –, a resistência ao governo da UP manteve-se em boa parte contida no âmbito da legalidade, mas não exclusivamente.



Segundo Allende, os representantes desses grupos impediam ainda a normatização jurídica de uma série de instrumentos fundamentais para a continuidade das reformas então encaminhadas<sup>11</sup>. O então Presidente cita algumas delas:

180

(...) el castigo de los delitos económicos, los ministerios de la Familia y del Mar, la estructuración del Area de Propiedad Social, la participación de los trabajadores, la que otorga financiamiento a las corporaciones municipales, las empresas bajo régimen de autogestión e muchas otras de tanta o mayor importancia... (Idem).

Ao mesmo tempo, Allende acusava o Congresso de aprovar leis econômicas sem o devido financiamento que as viabilizasse. Reajustes de remuneração de funcionários públicos, de pagamento do “aguinaldo” extraordinário, leis de compensação aos trabalhadores pela alta de preços dos transportes e produtos alimentícios, a lei de antecipação de remunerações, dentre outras, representavam um gasto governamental adicional de 60 milhões de escudos, mas com um financiamento existente de apenas 12 milhões. Esses grupos visavam esvaziar o apoio popular obtido pelo governo, colocando-o na difícil tarefa de vetá-las, o que foi feito com algumas delas. Tinham ainda por intuito inviabilizar o Estado financeiramente.

A pressão também era extraparlamentar, mas não necessariamente inconstitucional em seu sentido mais amplo. Realizava-se através da diminuição da produção agrícola e industrial, do *lockout* de empresários e do estímulo efetivado em torno da realização de greves que colocassem o governo numa situação delicada. O perigo, para esses grupos, aumentou ainda mais com o projeto governamental de reforma da Carta Constitucional do país. Isso poderia se tornar viável em função da ampliação sucessiva do apoio ao governo Allende, observável através das eleições ocorridas entre 1971 e 1973. O momento decisivo havia sido as eleições de 4 de março de 1973, que concedia maioria, ainda que não muito ampla, para o bloco parlamentar governamental no Congresso (Bitar, 1980: 243).

Apesar do diagnóstico presidencial se apresentar em grande parte correto, talvez possam ser observados dois grandes equívocos na avaliação de Allende. O primeiro deles: a crença na continuidade de uma tradição legalista que não era tão arraigada nas Forças Armadas chilenas. Afinal, ao longo do século XX, observou-se pelo menos uma intervenção militar a cada década (Comblin, 1979). O mundo da caserna no Chile era caracterizado desde o século XIX por um profundo isolamento em relação ao conjunto da sociedade. Esse isolamento foi ainda mais estimulado pela presença das missões militares germânicas que frequentaram o país até meados da década de 1910. Observa-se isso, por exemplo, na existência de um código não escrito que desestimulava a relação entre militares e civis.

O ensino ministrado nas Forças Armadas era também diferenciado do existente entre os civis, mais técnico e científico. Esses aspectos contribuíram para o desenvolvimento de um sentimento de superioridade que caracterizou não somente as Forças Armadas do Chile, mas os militares de boa parte da América Latina. Além disso, presenciou-se nas Forças Armadas um profundo anticomunismo que se desenvolve contemporaneamente à presença dessas missões militares e através das mesmas. Segundo Herrera, o exército “prussiano” era marcado pelo desprezo para com o parlamento, pelo movimento operário e pelo socialismo, apontados como antipatriotas e associados a uma ameaça interna contra a ordem (Herrera, 1986: 79). Um contexto nacional marcado pela defesa do pacifismo e do combate à conscrição obrigatória realizado pelos socialistas e pelos anarquistas chilenos em princípios do século XX contribuiu para que esses segmentos políticos fossem encarados como inimigos privilegiados das Forças Armadas Chilenas.

Complementando este quadro, observa-se a presença crescente da Doutrina de Segurança Nacional na formação de parte substancial do médio e alto oficialato, fenômeno igualmente presente, em maior ou menor grau, em toda a América Latina. Através de estágios em escolas militares norte-americanas ou de missões militares existentes em função de acordos bilaterais, a DSN penetrou gradativamente no Chile<sup>12</sup>. Entre 1950 e 1970, mais de 5% do total do efetivo militar chileno recebeu treinamento ou formação nos Estados Unidos.

181

A Doutrina, nesse sentido, veio a reforçar ainda mais uma perspectiva de mundo conservadora, avessa às transformações ou rupturas sociais<sup>13</sup>. Reafirmava-se a preocupação com a ordem interna difundida desde princípios do século XX dentre as FFAA. E se rearticulava a geopolítica oriunda das missões militares estrangeiras associando-a com a noção de bipolaridade. Zárate afirma que os anos 1960 teriam sido marcados pela ascensão de um corpo de oficiais novos, a primeira geração formada “bajo la impronta del conflicto este-oeste, com estudios en Estados Unidos” (Zárate, 2003: 24). Era um conjunto de oficiais com acesso às universidades nos curso afins às suas respectivas armas ou funções, com conhecimento mais amplo e com “una preparación más acabada en el terreno de la defensa del orden interna” (Idem). No entanto, conforme afirma a autora, a DSN teve efeito mais intenso na oficialidade no que se refere à tese de inimigo interno somente durante o período da *Unidad Popular* e, especialmente depois de 1973. Observa-se então, segundo a autora, um ponto de inflexão, com o triunfo de Allende favorecendo a consolidação dessa tese e com os movimentos nacionalistas de direita acentuando ainda mais as tendências anticomunistas dos oficiais (Ibidem: 69 e 84). Ao longo desse período da UP, a emergência de grupos defensores da opção armada contribuiu ainda mais para o “consenso castrense en torno de una salida insurreccional” (Ibidem: 91).

Mesmo com tudo isso, até pelo menos a posse de Allende, esses militares não representavam a maioria da força. Isto não impediu que representantes das facções que pensavam numa intervenção direta na vida política buscassem encaminhar diversos *putschs* militares. Inicialmente, essas tentativas tiveram por objetivo impedir a posse do presidente eleito. Posteriormente, após a vitória da *Unidad Popular*, buscaram viabilizar a sua derrubada.

A perspectiva constitucionalista e que conferia a “posse da legalidade” ao presidente predominou até quase o fim do governo Allende. Essa percepção predominante de que a legalidade ainda estaria nas mãos do governo fora reforçada pelo assassinato do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas – General Schneider (1970) –, e pelo *lockout* encaminhado por comerciantes e transportadoras, em 1972. No entanto, a situação inverteu-se ao longo dos anos de 1972 e 1973.

Existia uma facção significativa da Unidade Popular que se colocava dentro de uma perspectiva revolucionária. Membros do próprio partido do governo, o Partido Socialista, e ainda outros grupos como o MIR e facções recém-egressas da DC, tais como o MAPU e a IC (Aggio, 1993: 50), apresentavam uma perspectiva instrumentalizadora do regime político democrático. Exigiam medidas rápidas e profundas para a mudança da sociedade chilena e pressionavam o governo cada vez mais nesse sentido. A situação de caos generalizado, com atentados de direita aliados ao desabastecimento, bem como a estagnação do crescimento econômico também foram fatores fundamentais para essa perspectiva de ilegalidade e isolamento do governo. Esses últimos aspectos foram fruto direto da ação das direitas. Bitar afirma que

concomitantemente a direita apoiou sua ação política com uma estratégia propagandística e de guerra psicológica planejada com astúcia, maximizou a escassez e os problemas econômicos, ampliou os conflitos e a imagem de anarquia e desordem pública, que seus grupos de ativistas se encarregavam de estimular, com o que os ânimos se exarcebaram. (Bitar, 1980: 180)

182

O segundo equívoco na análise de Allende apresenta-se quanto à compreensão do quadro internacional. Como afirma em seu discurso, o Presidente assinalava um contexto marcado pela distensão da Guerra Fria. Dentro dessa perspectiva, onde “el desarme y la coexistência pacífica se abren camiño entre los estados más poderosos”, existiria um espaço para o desenvolvimento de uma via socialista no Chile. Apesar de perceber as pressões norte-americanas contrárias ao seu governo, Allende parece não compreender que o quadro geral de distensão não incluía diretamente a América Latina, zona de influência direta da grande potência capitalista do Ocidente.

Mesmo não avaliando que o “11 de Setembro” tenha sido desencadeado pelos Estados Unidos, e adotando uma perspectiva que relativiza o papel de “Grande Satã”, não há como desconsiderar o protagonismo norte-americano neste acontecimento fatídico<sup>14</sup>. A Casa Branca já estava por apoiar com verbas significativas as candidaturas presidenciais de centro e de direita desde 1964. Ainda assim, não conteve a eleição de Allende. A CIA foi coparticipante das tentativas de sequestro do General Schneider em 1970, uma delas resultando na sua morte. A intervenção norte-americana fez-se mais intensa após a posse de Allende. Visando criar um clima propício para o golpe, foram desenvolvidos três tipos de atividades:

recolher informações sobre oficiais dispostos à sublevação; gerar o clima golpista mediante ‘propaganda, desinformação e atividades terroristas, destinadas a provocar a esquerda (...); e informar ‘os militares dispostos a realizar um golpe que o governo norte-americano lhes daria todo seu apoio, com a única exceção de uma intervenção militar direta dos Estados Unidos. (Chomsky, 1998: 224)

Diante de tal apoio, mas principalmente em função da resistência às transformações encaminhadas por setores civis importantes – tais como os proprietários em geral, a classe média receosa da proletarização e do “ateísmo comunista”, segmentos dos setores populares, bem como da ação fundamental dos militares -, desencadeou-se o “11 de Setembro”.

### O Golpe

Observou-se então o estabelecimento de um governo sob liderança do General Augusto Pinochet, o oficial que havia se declarado “legalista” ao assumir o Comando das Forças Armadas. Pinochet foi professor e diretor da Academia de Guerra, instituição que foi fruto direto do estabelecimento da missão germânica e criada com base no exemplo da *Kriegsakademie* de Berlin (Soto e San Francisco, 2003: 8). Além de ser essa Instituição uma das principais propagadoras da Doutrina de Segurança Nacional, Pinochet pode ser enquadrado como um dos seus grandes divulgadores já nos anos 1960, junto a uma nova geração de oficiais das forças armadas chilenas. Em sua trajetória nas décadas de 1950 e 1960, desempenhou funções que contribuíam profundamente para esse papel de ativo formador de opinião (Mendes, 2012)<sup>15</sup>.

Segundo Zárate, o complô, em seu início, foi articulado pelos comandantes da Marinha e da Força Aérea. O Exército, na figura de seus dois oficiais mais antigos – Augusto Pinochet e Orlando Urbina Herrera -, não estavam envolvidos no núcleo original. Nessa arma, eram os oficiais de “generalato de inferior jerarquia en el escalón” os que articulavam o golpe

(Zárate, 2003: 98). No plano político, Yochelevsky afirma que a opção “rupturista” estava inicialmente subordinada ao caminho legalista dos segmentos da direita política e que essa subordinação correspondia, no momento inicial do governo da UP, à supremacia da Democracia Cristã sobre o Partido Nacional. A primeira agremiação política privilegiava a via institucional de resistência às propostas da Unidade Popular, calcada em grande medida na ideia de que Allende possuía respaldo para tomar posse como presidente, mas não possuía legitimidade suficiente para programar as reformas por não ter sido eleito com maioria absoluta. Nesse sentido, não representava boa parte da sociedade chilena.

Gradualmente, contudo, grupos que se organizavam por fora dos sistemas de partidos – tais como *Pátria y Libertad*, o *Comando Rolando Matus*, a *FIDUCIA*<sup>16</sup> e o movimento Gremialista –, assumiram um protagonismo que respaldava a opção rupturista e que conferia cada vez mais a liderança das direitas ao Partido Nacional. Os projetos políticos entre os setores que pretendiam retirar Allende do poder eram diversos e, muitas vezes, apontavam para caminhos distintos. Mas ao longo dos 1.000 dias da UP no poder, principalmente após o ano de 1972, também se desenvolveu dentre esses segmentos um processo de unificação em torno de um consenso negativo: a derrubada de Allende.

A violência então estabelecida não teve paralelo em qualquer outro golpe latino-americano até aquele momento. Oficiais legalistas foram imediatamente presos, alguns assassinados em sessões de tortura. Ao longo de um ano, aproximadamente 30 a 50.000 vítimas foram feitas. Combates esporádicos duraram em torno de três dias. Foi esboçada uma resistência, em vão, de milhares de trabalhadores, logo desarticulada. Perseguições foram encaminhadas em todos os níveis da sociedade chilena. A violência encontrou ainda um símbolo de sua realização: o bombardeio do Palácio La Moneda com a morte do Presidente que se recusou a render-se. Infelizmente, as palavras finais de seu discurso de maio de 1973 – *Venceremos* –, não se concretizaram. Segundo Yochelevsky,

La legitimidade del régimen de la Unidad Popular debe ser medida por la intensidad de la violencia empleada por los golpistas en 1973. La represión, siempre justificada en términos de la presencia de grupos armados, se dirigió contra organizaciones sociales y políticas que apoyaban al gobierno. Este apoyo se puede medir por la amplitud de los sectores afectados por la represión en la primera etapa de la dictadura (Yochelevsky, 2002: 35).

Estruturou-se então o Estado do Terror, caracterizado, segundo definição de Luigi Bonanate como sendo “o instrumento de emergência a que um governo recorre para manter-se no poder” (Bonanate, 2008: 1242). O terror utilizado pelo Estado se prolongou por 17 anos com um grau de violência generalizada que visava governar pelo medo. Os militares, contudo, não exerceram o poder sozinhos. Apesar de relegarem a elite econômica e política para um segundo plano, não pode ser esquecido o papel importantíssimo da direita política, cujo principal representante foi o Partido Nacional. Aggio considera essa agremiação como um partido vencedor em 1973 e o jornal *El Mercurio* como o porta-voz da direita chilena (Aggio, 1993: 22).

Angel Soto, pretendendo justificar como democrática a postura adotada por esse periódico ao longo, tanto do Governo Allende, quanto na fase da ditadura pinochetista, assinala o papel protagônico de *El Mercurio*. O autor assevera a “imparcialidade” do jornal, assinalando que o mesmo não “se define como oficialista ni como opositor” (Soto, 2003:38), estando tão somente comprometido com os “princípios inherentes a la esencia de la nación chilena”. No periódico, essa essência se relacionava com uma proposta

específica de organização econômica (o liberalismo dos *Chicago Boys*), com a oposição ao modelo de desenvolvimento marxista, o respeito “a los privilegios de todos los individuos y a la libertad” e a defesa dos direitos individuais (Ibidem: 41).

184

O jornal era de propriedade de Augustin Edwards, “cabeza de uno del os grupos económicos más poderosos del país en ese momento”. Mas ainda assim, segundo Soto, não seria o instrumento de expressão de um setor do empresariado (Ibidem: 43). Enfim, esses mesmos princípios inerentes à essência da nação também eram defendidos por Pinochet, desde 1968<sup>17</sup>, quando afirmava que a chilenidade estaria sendo ameaçada pelo “expansionismo comunista”. Torna-se ainda extremamente interessante perceber que o lançamento da obra de Soto sobre o jornal no qual trabalhou por vários anos foi realizado justamente ao completarem-se 30 anos da deposição de Allende. Questões da memória, afinal.

### Considerações Finais

O “11 de Setembro chileno” se apresenta ainda com uma profunda carga simbólica, tanto para os opositores do regime quanto para seus defensores. Para os primeiros, a data caracteriza a interrupção de uma experiência única no Chile e na América Latina, enquanto para outros significa o início da reconstrução do país através de uma obra transformadora, de sucesso e que salvou a sociedade chilena. Percebendo esse simbolismo, o governo de Pinochet – salvaguardado institucionalmente pelas Forças Armadas chilenas e respaldado por setores da sociedade –, buscou impedir, com relativo sucesso, o desenvolvimento de um relato negativo acerca do que aconteceu nessa data e a partir dela.

Encerrado o seu governo, iniciou-se uma transição que foi imposta pela ditadura (Yochevzky, 2002; Aguero, 2003; Pagni, 2004; Saavedra, 2006), aspecto comprovado pelo fato de que os militares desfrutavam nesse momento de um nível de autonomia que pode ser apontado como um dos maiores da América Latina (Saavedra, 2006: 25 e 34). Em nome do consenso pregado pelos grupos que então chegavam ao poder, foi dada continuidade a essa política de “esquecimento”. Segundo Pagni, “la dictadura prohibió hablar de lo que tenía que ver con su propio origen – el golpe y sus secuelas de muertes y desapariciones – y la postdictadura impuso en nombre del consenso una política del olvido” (Pagni, 2004: 17).

A gestação dessa memória, marcada pela “vontade de amnésia”, permaneceu enquanto a capacidade de impor o modelo de transição por parte dos militares e seus aliados civis das direitas chilenas perdurou. A situação sofreu uma profunda alteração a partir de finais dos anos 1990, quando se iniciou um progressivo afastamento das direitas em relação aos militares. Esses últimos, por sua vez, buscaram sair do isolamento em relação ao conjunto da sociedade através “de uma postura más cooperativa en materia de derechos humanos para poder comenzar a liberar a las FFAA [desse legado]” (Aguero, 2003: 263)<sup>18</sup>.

Na atualidade, um conjunto de fatores colabora para a retomada da disputa pelo passado recente do Chile com uma força ainda maior, tendo como centro das discussões justamente o acontecimento discutido nesse artigo. Afirma Jelin que quando o Estado não viabiliza a existência de canais institucionais que reconheçam os acontecimentos cuja responsabilidade seria sua, acirra-se a disputa pelo passado com uma multiplicidade de atores elaborando esses relatos. O embate apresenta-se tão intenso que nem mesmo dentro do próprio Estado poderia ser identificada uma homogeneidade (Jelin, 2001: 43 e 44).

Autores como Lesgart (2006), Jelin (2001) e Montesperelli (2004), em suas análises sobre a memória, apontam que a questão geracional possui especial relevância tanto no

desencadeamento de uma rediscussão das formas de se representar o que transcorreu, quanto pelo aparecimento de uma demanda por compreendê-lo. No caso do Chile, é nesse momento em que as reivindicações por memória e justiça se ampliam, com o aumento da pressão da sociedade não somente por esclarecimentos relacionados aos direitos humanos e à violência, mas também em relação a uma série de heranças da ditadura, tais como o sistema educacional, o modelo econômico e a desigualdade social. Quanto a esse aspecto, assinala o jornalista e professor chileno Roberto Brodsky:

185

Si durante el largo ciclo histórico del régimen del general Augusto Pinochet y los años de transición democrática los chilenos elevaron sus quejas al cielo por temor a perturbar los acuerdos de reconciliación nacional, hoy lo hacen mirando al vecino y sin miedo al conflicto. Nadie se queda quieto<sup>19</sup>.

Deve ser considerado ainda que o ano de 2013 tenha sido marcado pela conjunção de um contexto eleitoral presidencial com o ano em que se completam os 40 anos do estabelecimento da ditadura. Somente em outro momento após a saída de Pinochet da Presidência ocorreu essa coincidência. No entanto, em 1993, quando se encerrava o governo de Patricio Alwin<sup>20</sup> por ocasião dos 20 anos do golpe civil-militar, o cenário era bem diverso. Pinochet ainda possuía um grande poder, os militares ainda eram atores políticos relevantes e possuíam amplo apoio tanto do judiciário quanto dos partidos políticos de direita (UDI e RN). Além disso, os movimentos sociais não apresentavam uma capacidade de mobilização expressiva e a questão geracional ainda não estava colocada.

A coincidência contribui para a amplificação do confronto de perspectivas sobre o passado por conta das personagens que disputam a Presidência: Evelyn Matthei e Michelle Bachelet. Numa simplificação excessiva, as postulantes são apresentadas como representantes de projetos políticos que defendem (Matthei) ou atacam (Bachelet) o legado da ditadura<sup>21</sup>. Ambas são filhas de oficiais da Força Aérea que estavam em posição de destaque no momento da derrubada de Allende. Militares que se colocaram em lados opostos do embate político e tiveram destinos diametralmente opostos, o que os situam justamente no centro do confronto de memórias<sup>22</sup>. De certa maneira, as pretendentes à presidência acabam por personificar o antagonismo em torno de dois projetos para o Chile, na medida em que são consideradas herdeiras dos debates políticos que culminaram com o golpe.

Assim, ainda que a perda da legitimidade do Estado enquanto guardião do passado viabilize a proliferação de uma multiplicidade de relatos, o contexto assinalado acima parece contribuir para a presença de uma memória dicotomizada em torno do “11 de Setembro Chileno”.

(Recebido para publicação em abril de 2013)

(Reapresentado em setembro de 2013)

(Aprovado para publicação em novembro de 2013)

#### Cite este artigo

Mendes, Ricardo A. S. 40 anos do 11 de Setembro: o golpe militar no Chile. **Revista Estudos Políticos**: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 172 – 190, dezembro 2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

**Notas**

186

1. Analisando as publicações do periódico militar *Memorial del Ejército* Francisco e Soto (2006: 79-80) asseveram que dentro das Forças Armadas existiria uma percepção da existência de um cenário de polarização política intensa com a presença de um clima revolucionário recém-chegado ao país. Análises elaboradas por autores como Yocelvezky (2002: 59) ratificam que a revolução cubana afetou diretamente a vida política chilena desde sua ocorrência. Aldunate, por sua vez, ao analisar o discurso político da Democracia Cristã afirma que ao longo do processo eleitoral de 1964 “la Democracia Cristiana explota en toda oportunidad la ânsia de revolución y transgresión que caracteriza el decênio de 1960” (Aldunate, 1999: 42).
2. FRAP – Frente de Ação Popular. Coalização composta pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Chilenos.
3. Esta política, contudo, não era a única que era empregada pelos Estados Unidos. Assevera-se que o governo norte-americano estava profundamente dividido quanto ao melhor caminho a ser seguido após a Revolução Cubana. Um, defendido pelo Departamento de Estado, calcava-se na Aliança para o Progresso. Outro, defendido pelo Pentágono, propunha uma aliança com as principais forças conservadoras e reacionárias do continente. O objetivo de ambas as direções era a contenção do avanço das forças de esquerda na região. Adoto a perspectiva de que essas políticas não eram complementares, mas sim rivais. Sua coexistência dentro dos *policy makers* norte-americanos indicava a presença de diferentes representações políticas sobre os problemas enfrentados na América Latina e que geravam, naquele momento, um profundo antiamericanismo. (Mendes, 2009).
4. O Partido Nacional resultou da união entre os Partidos Liberal, Conservador e Aliança Nacional, em 1966.
5. Movimiento de Acción Popular Unitaria.
6. MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionária. Ao longo do governo Allende outra dissidência da Democracia Cristã que veio a juntar-se a Frente foi a Izquierda Cristiana.
7. No sistema político do Chile, um candidato que não alcançasse a maioria absoluta (metade mais um) teria sua vitória submetida ao Congresso Nacional. Apesar da desconfiança da Democracia Cristã em relação a Allende, a tradição firmada ao longo do século XX era a de confirmar a posse do candidato que obtivesse maioria, mesmo não sendo essa absoluta. Lundahl assinala que as eleições de 1958 também conferiram a Jorge Alessandri a vitória por uma margem apertada.
8. Segundo Aldunate, “el atentado tiene su raíz en decisiones apressuradas del presidente Nixon, a espaldas de su embajador en Chile Edward Korry, decisiones que autorizan una repudiable y fracasada intervención de la CIA en los asuntos chilenos” (Aldunate, 1999: 86).

9. Mensaje del Presidente Allende ante el Congreso Pleno. 21/05/1973. Disponível em [http://www.salvador-allende.cl/Discursos/discursos\\_lista.html](http://www.salvador-allende.cl/Discursos/discursos_lista.html) 187
10. O governo Allende propunha uma economia baseada em três tipos de propriedade: áreas de propriedade privada (APP), áreas de propriedade mista (APM) e áreas de propriedade social (APS).
11. Mats Lundahl assinala que um dos três grandes obstáculos com os quais o governo Allende se confrontou foi o judiciário. A Controladoria assumia, na maior parte das vezes, um posicionamento favorável ao grande capital e aos proprietários. Os outros dois obstáculos seriam os partidos de direita e a oposição interna à UP (Lundhall, 1989: 45).
12. Segundo Rouquié existia um conselheiro militar norte-americano para cada 1.250 militares Chilenos entre 1964 e 1968 (Rouquié, 1984: 61).
13. Aspecto semelhante pôde ser observado no caso do movimento civil-militar brasileiro desencadeado contra o governo de João Goulart (Mendes, 2005: 241).
14. Autores como Collier e Sater assinalam que a ação dos EUA com contenção dos créditos e atividades da CIA teriam sido importantes. Ainda assim entende que a verdadeira ação foi articulada pelos chilenos (Collier e Sater, 1996: 304).
15. Ao longo dos anos de 1951 e 1953, Pinochet foi professor da *Escuela Militar*, ao mesmo tempo em que desempenhava a função de Professor Auxiliar na Academia de Guerra e de diretor de uma revista destinada ao oficialato, a revista *Cien Aguilas*. A partir de 1953, foi nomeado como Professor efetivo na Academia de Guerra, função que desempenhou entre 1953 e 1956. Ao longo dos anos seguintes (1956-1959), Pinochet participou de uma missão militar no Equador com objetivo de organizar a Academia de Guerra desse país. Retornou à Academia de Guerra chilena ao término desse período e, em 1963, como subdiretor, continuou a ministrar aulas até 1968.
16. Sociedad Chilena de Defensa de la Tradición, la Familia y la Propiedad.
17. PINOCHET UGARTE, A.J.R. 1979. *Ensayo sobre un estudio preliminar de unageopolítica de Chile en el año 1965*. Santiago, Memorial del Ejército de Chile/Biblioteca del Oficial, vol. LXII.
18. A saída de Pinochet como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas foi um aspecto decisivo para esse contexto. A isso se somou não somente a sua prisão na Inglaterra em 1998, mas também as novas decisões da justiça de levá-lo aos tribunais. Outro aspecto foi o caso Riggs, marcado pela existência de contas bancárias secretas de Pinochet e sua família no exterior, o que retirou do mesmo o simbolismo da “pureza de ideias” que teriam levado ao golpe e supostamente caracterizado o próprio governo civil-militar



19. Reportagem especial para a BBC Mundo. Disponível em [http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/09/130902\\_chile\\_golpe\\_edad\\_madura\\_crz.shtml?s](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/09/130902_chile_golpe_edad_madura_crz.shtml?s) 188

20. Primeiro presidente civil após a saída de Pinochet do comando da nação.

21. Matthei é candidata por uma aliança de centro-direita que congrega partidos que deram sustentação ao regime civil-militar nos anos 1980: a União Democrática Independente (UDI) e a Renovación Nacional (RN). Já Michelle Bachelet foi presidente da república chilena entre 2006 e 2010 e representa uma frente de centro-esquerda denominada Nueva Maioria. É vinculada ao Partido Socialista Chileno.

22. Fernando Matthei acabou compondo a junta militar. Já Alberto Bachelet tornou-se prisioneiro e torturado na Academia Militar.

### **Bibliografia**

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: UNESP, 1993.

AGUERO, Felipe. "La Ciencia Política y las relaciones Fuerzas Armadas, Estado y Sociedad". In: *Revista de Ciencia Política*. Volumen XXIII, nº 2, 2003, pp. 251-272.

ALLENDE GOSEN, Salvador. *Discursos*. Disponível em: [http://www.salvador-allende.cl/Discursos/discursos\\_lista.html](http://www.salvador-allende.cl/Discursos/discursos_lista.html)

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". In: *Enciclopédia Einaudi-Anthropos-Homem*, 5º vol. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BITAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia – O Chile com Allende*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BONANATE, LUIGI. "Terrorismo Político". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. São Paulo: UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

COLLIER, Simon & SATER, William F. *Historia de Chile – 1808-1994*. Madri: Cambridge University Press, 1996.

CHOMSKY, Noam. *Um olhar sobre a América Latina*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1998.

COMBLIM, Joseph. *Ideología de Seguridad Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONTAINE ALDUNATE, Arturo. *Todos Querian La Revolucion: Chile 1964 – 1973*. Santiago: Editorial Zig-Zag, 1999.

- HERRERA, Genaro Arriagada. *El pensamiento político de los militares*. Editorial Aconcagua, 1986. 189
- GINZBURG, Carlo. *Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes*. In: ECO, Umberto & SEBEOK, Thomas A. (Org.) *O Signo de Três*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores; Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2001.
- LOZANO, Jorge. *El Discurso Histórico*. Madri: Alianza Editorial, 1987.
- LUNDAHL, Mats. *El caminho a la ditadura: desarrollo político y económico em Chile 1952-1973*. In: GARCIA, Rigoberto (compilador). *Economía y política durante el gobierno militar em Chile, 1973-1987*. Mexico: Fondo de cultura Económica/Economía Latinoamericana, 1989.
- MENDES, Ricardo A. S. *Anticomunismo, Democracia e Geopolítica segundo Pinochet*. In: *Revista História Unisinos*, 2012. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/view/htu.2012.161.02>
- \_\_\_\_\_. *Pensando a Revolução Cubana – nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução*. In: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 1, pp. 1/3-29, 2009. Disponível em: [http://www.anphlac.org/revista/revista8/revista\\_vhtml.swf](http://www.anphlac.org/revista/revista8/revista_vhtml.swf)
- \_\_\_\_\_. *Marchando com a família, com Deus e pela liberdade – O “13 de Março” das direitas*. In: *Varia hist.* vol.21, nº 33, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000100012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752005000100012&script=sci_arttext)
- MONTESPERELLI, Paolo. *Sociologia de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.
- PAGNI, Andrea. *Memoria y duelo en La narrativa chilena actual: ensayo, periodismo político, novel y cine*. In: *Memoria, duelo y narración – Chile después de Pinochet: literatura, cine, sociedad*. SPILLER, Roland; HEYDENREICH, Titus; HOEFLER, Walter y ALARCÓN, Sergio Vergara. Frankfurt: Vervuert Verlag, 2004, pp. 9-28.
- PINOCHET UGARTE, A.J.R. *Ensayo sobre un estudio preliminar de una geopolítica de Chile en el año 1965*. Santiago: Memorial del Ejército de Chile/Biblioteca del Oficial, vol. LXII, 1979.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.
- SAAVEDRA, Claudio Fuentes. *La transición de los militares – relaciones civiles-militares en Chile 1990-2006*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.
- SOTO, Angel ; SAN FRANCISCO, Alejandro . *Un siglo de pensamiento militar en Chile – El Memorial del Ejército (1906-2006)*. Santiago: Ciento de Estudios Bicentenario, 2006.

\_\_\_\_\_. *El mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal - 1955-1970*. Santiago do Chile: Centro de Estudios Bicentenario, 2003.

190

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

YOCELEVZKY R., Ricardo A. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura 1970-1990*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2002.

ZÁRATE, Verónica V O. *El golpe despues del golpe - Leigh vs Pinochet*. Santiago: Lom, 2003.